



M. Redondo
AA

Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 21/04/2017

Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número décimo primeiro da Lei número setenta e cinco, de doze de Setembro de dois mil e treze, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

Ponto um: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Ponto dois: Apreciação do inventário de bens móveis e imóveis da Freguesia; -----

Ponto três: Apreciação e votação da Conta de Gerência do ano dois mil e dezasseis; ---

Ponto quatro: Discussão e votação da primeira Revisão ao Orçamento e Plurianual de

Investimentos do ano dois mil e dezassete; -----

Ponto cinco: Relatório de Atividades da Junta. -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Raul Conceição Santos, Helena Isabel da Rocha Oliveira, André Adolfo da Silva Teixeira, Ângela Alexandra Vieira Bragança, Avelino Ferreira de Almeida, Daniela Luísa Ferreira da Costa, Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez, Diva Joana Silva Ribeiro, Isabel Maria Miranda Martins, João Fernando da Costa Morgado, José Carlos Monteiro Gomes, Olga Maria Beselga Parchão Trabulo, Paulo Alexandre da Silva Moreira de Sousa. Verificaram-se, também, as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois: do Partido Socialista (doravante designado de PS) António Joaquim Tavares Queijo por António Alberto Sousa, Claudino Fernandes da Custódia por Nuno Daniel Gilvaia da Costa; do Partido Social Democrata (doravante designado de PSD) Carlos Manuel da Sousa Santos por Marta Isabel Dias Inverneiro, Luís António Dias Vasques por Manuel da Costa Coelho e Manuel Augusto Dias por Fátima Sofia Almeida Reis; e da Coligação



Democrática Unitária (doravante designado de CDU) João Pedro Luís de Queirós por José Avelino Sousa. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Raul Santos, deu início à sessão saudando todos os presentes e passando a palavra a Filipa Almeida e Rui Sousa para que apresentassem o plano de divulgação e comunicação da Campanha de Sensibilização para a Eliminação de Resíduos nos Espaços Públicos – “P’OKAIXOTE - com lançamento para o dia cinco de junho, dia do ambiente. Teresa Raposo, secretária-vogal da Junta de Freguesia, em representação de Luís Ramalho, Presidente da Junta, tomou a palavra para dar os parabéns ao trabalho desenvolvido pela Filipa Almeida e pelo Rui Sousa, bem como da restante equipa. Avelino Almeida (CDU) tomou a palavra para felicitar pelo trabalho desenvolvido porque estas campanhas são necessárias, mas alertando que “sozinhos não conseguem resolver os problemas”, porque a nossa cidade apresenta algumas carências. Por exemplo, existem muitos caixotes do lixo vandalizados que as entidades competentes demoram a concertar ou a repor, existem locais com lixo amontoado, porque ainda não possuem caixotes do lixo e há ainda a questão das beatas de cigarros, uma vez que os fumadores não vão guardar a beata no bolso, não havendo contentores para este efeito. Teresa Raposo toma a palavra, começando por afirmar que está de acordo com o Avelino, porque de seis em seis meses a Junta de Freguesia está a pedir papeleiras à Câmara Municipal, recebendo como resposta que “já está encomendado” que “vão fazer”, o mesmo acontecendo com os contentores. É necessário fazer melhor gestão destes equipamentos por parte da Câmara Municipal, no entanto a Junta de Freguesia foi fazendo o reporte da situação. Em relação às beatas, sugere o uso de cinzeiros portáteis, algo que também ela usa, porque os fumadores têm de saber que a melhor solução não passa por deitar as beatas ao chão. Para finalizar, toma a palavra a Filipa Almeida para informar que a campanha é de sensibilização, mesmo para evitar estas situações de colocação do lixo no chão. Após agradecer a apresentação e parabenizar pelo projeto, Raul Santos, Presidente da Mesa, passou à correspondência recebida, entre Assembleias, a saber: convites da Câmara Municipal de Valongo para os seus eventos, sendo que todas as outras foram reencaminhadas, por email, para todos os Membros. Continua, referindo a proposta de pedido de audiência ao Ministro da Educação sobre a Escola Secundária de Ermesinde (doravante designada de ESE), aprovada na Assembleia de setembro de dois mil e dezasseis. Na Assembleia de dezembro informou que o processo estava bem encaminhado e em janeiro receberam telefonema da DGESTE a querer marcar uma reunião, por intermédio do Ministério da Educação. Contactou, então, todos os



líderes dos Partidos Políticos representados na A.F. para que marcassem uma reunião para discutir e analisar a estratégia a seguir, essa reunião realizou-se nas Instalações da Junta de Freguesia no dia onze de Janeiro e ficou decidido marcar uma reunião com a Câmara Municipal de Valongo, antes de reunirem com a DGESTE. A dezanove do mesmo mês, tiveram a reunião na Câmara, sendo recebidos pelo Presidente, pelo Vereador do Pelouro da Educação e pela Engenheira Paula Marques, e onde lhes foi apresentado o projeto de intervenção da ESE e onde foram esclarecidas todas as questões sobre a requalificação e respetivos prazos de cumprimento. Ficaram a saber que os três milhões e novecentos mil euros, vão ser aplicados em três Pavilhões, na Entrada Principal e Ginásio. Ficam à mesma com cinquenta e quatro salas e o início das obras está previsto para finais de Julho. A reunião com a DGESTE ocorreu a vinte e três de Janeiro, onde a Comissão foi recebida pelo Delegado Dr. José Mesquita, a quem foram colocadas algumas questões: Qual o prazo em que a DGESTE daria o seu parecer; se existia verba suplementar do Ministério da Educação para aquisição de mobiliário e de equipamento informático; e se o citado acordo previa uma segunda fase de requalificação. Foi-lhes respondido que a DGESTE não teve interferência nesta decisão, que foi responsabilidade da Câmara Municipal de Valongo e Ministério da Educação, que não havia prazos para análise dos projetos, que não tinham verbas suplementares para mobiliário e equipamento informático e que não estava garantida uma segunda fase, mas acreditava que a haver, seria para ESE, e possivelmente para a Secundária de Valongo, que também carecia de intervenção. A oito de fevereiro reuniram na JFE com a Comunidade Escolar, dando feedback das reuniões realizadas. O Presidente da Assembleia terminou os seus esclarecimentos, comunicando que no dia anterior tinha recebido um telefonema do Vereador do Pelouro da Educação, informando que os prazos estão a ser cumpridos e a continuarem assim, em agosto devem começar as obras. Passando a palavra aos representantes da Comissão, José Carlos do Bloco de Esquerda (doravante designado de BE) interveio para informar que o Grupo Parlamentar do BE fez uma série de questões ao Governo, a propósito da ESE, recebendo resposta a três de abril, de que haverá abertura para uma segunda fase de intervenção, o que para o BE é importante uma vez que a verba disponibilizada para a primeira fase não é suficiente para todas as obras de requalificação necessárias. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Comissão, Raul Santos deu a palavra ao Público. Como não houve inscrições passou, então, a palavra aos Membros da Assembleia. Avelino Almeida (CDU) tomou a palavra para pedir esclarecimentos ao Presidente da Junta em relação a algumas anomalias verificadas aquando da visita a uma Escola Básica,



nomeadamente em relação às bolsas atribuídas aos alunos (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número um**, fazendo parte integrante da mesma). Ângela Bragança (PSD) interveio de seguida para parabenizar o Presidente da junta, e na sua pessoa o restante Executivo, por todas as Edições já desenvolvidas para assinalar o Dia Internacional da Mulher e, particularmente, pelo trabalho concretizado na iniciativa deste ano, designada “Ermesinde Festeja Dia Internacional da Mulher | 2017”, que contou com elevada mobilização e adesão dos Ermesindenses (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número dois**, fazendo parte integrante da mesma). De seguida tomou a palavra José Avelino Sousa (CDU) para fazer referência a alguns problemas ambientais, que, na sua opinião, não são do interesse da Junta de Freguesia nem do seu Presidente. É o que mostra a crescente passagem de espaços ajardinados a “jardins” de cascalho e plástico e a vandalização, dita “poda”, de inúmeras árvores de grande porte, feita na Primavera, em plena rebentação. Chama também a atenção para a necessidade de defender o monumento geológico dos Montes da Costa, com a sua preciosa jazida fóssil vegetal. Termina a sua intervenção deixando algumas questões ao Presidente da Junta de Freguesia, relativas às intenções existentes por parte do Executivo Camarário, mas que também devem ser imputadas à responsabilidade da Junta de Freguesia de Ermesinde, como garante da defesa dos interesses da população que representa, em relação àquele espaço dos Montes da Costa (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número três**, fazendo parte integrante da mesma). Marta Inverneiro (PSD) interveio para falar sobre a edição deste ano da Feira da Saúde, promovida pelo Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia, iniciativa que faz diferença no seio da população e que mostra a preocupação e o cuidado com a mesma por promover e proporcionar o bem-estar dos ermesindenses (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número quatro**, fazendo parte integrante da mesma). -----

O Presidente da Mesa, Raul Santos, deu a palavra a Teresa Raposo, secretária-vogal da Junta de Freguesia, para que esta respondesse aos Membros da Assembleia. Respondendo a Avelino Almeida (CDU), informa que fará um breve resumo, uma vez que o Presidente da Junta responderá, depois, por escrito, por intermédio do Gabinete de Ação Social. Começa por dizer que os valores atribuídos às Escolas Básicas pelo prolongamento, não o são por número de crianças, mas por sala. Relativamente à diferença de valores, se se referia à comparticipação, esta é avaliada pela Câmara Municipal. Em relação ao papel para as mãos e papel higiénico, entre outros, esses bens são atribuídos às Escolas em função do orçamento apresentado no ano anterior e depois adaptados ao número de crianças que frequentam a Escola. A gestão



Helena
AS

cabará, depois, à própria Escola. Acerca do prolongamento de horários em período de férias e às deslocações para outra Escola, tem que ver com o espaço da Escola que recebe centralmente todos os alunos. Isto é, a Escola que oferecer melhores condições é a que recebe os alunos. Em relação às obras, existe diferenças, uma vez que umas são responsabilidade da Câmara Municipal, enquanto outras são responsabilidade da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia tem a responsabilidade pelas pequenas reparações, como por exemplo a reparação de uma fechadura., enquanto a Câmara Municipal fica responsável pelas reparações maiores, como sendo a reparação de sanitários partidos. No que concerne aos critérios de colocação dos trabalhadores do Centro de Emprego, são os critérios de experiência. Avelino Almeida (CDU) pede a palavra para pedir que lhes façam chegar os valores específicos dos subsídios, e termina referindo que a seleção dos trabalhadores parece ser feita sem critério, clarificando com um exemplo. Teresa Raposo, responde que por vezes é complicado gerir pessoas, dando um exemplo em que uma funcionária se queixou de não ser aceite por parte das outras colegas. Assim para além do critério de experiência, por vezes, entra também o da aceitação. Respondendo a José Avelino Sousa (CDU) informa que receberá as respostas por escrito, por parte do Presidente da Junta. -----

Findas as intervenções, Raul Santos, Presidente da Mesa, deu início à Ordem de Trabalhos.-----

Ponto um: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior. -----

Como não houve nenhuma inscrição, a Ata foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não entraram nesta votação os Membros Nuno Gilvaia Costa (PS), José Carlos Gomes (BE), Avelino Almeida (CDU), José Avelino Sousa (CDU) Isabel Martins (PSD) e Fátima Reis (PSD) por não terem estado presentes na referida Assembleia de Freguesia. -----

Ponto dois: Apreciação do Inventário de Bens Móveis e Imóveis da Freguesia. -----

Ninguém tomou a palavra. -----

Ponto três: Apreciação e votação da Conta de Gerência de dois mil e dezasseis -----

Diva Ribeiro (PS) tomou a palavra para fazer uma Declaração de voto. Apesar de não terem dúvidas da veracidade das contas apresentadas, estas demonstram quer um agravamento do défice do resultado orçamental, quer um aumento elevado da despesa em atividades que não são determinantes para a prossecução dos objetivos da Junta, pelo que os Membros do PS irão se abster (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número cinco**, fazendo parte integrante da mesma). José Carlos Gomes (BE) tomou a palavra para referir que este é um documento técnico, mas sobretudo político e, politicamente, é um epitáfio da gestão do PSD na Junta, que foi má, acreditando que não terá continuidade a partir de outubro (esta



intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número seis**, fazendo parte integrante da mesma). Paulo Sousa (PSD) começa por se referir a intervenções anteriores, dizendo que mostram uma leitura muito própria das contas e do dinheiro investido em alguns eventos, que são importantes para os habitantes de Ermesinde. Como aconteceu em Assembleia passadas, com Luís Ramalho como Presidente, quando o Saldo de Gerência é elevado dizem que a Junta de Freguesia não é uma empresa para dar lucro e que é um crime não o usar em benefício dos Ermesindenses, e quando é gasto é sempre mal gasto. Seguidamente refere que neste relatório está comprovado o esforço e o bom desempenho orçamental que vem permitindo a libertação de meios financeiros para a aplicação em investimentos (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número sete**, fazendo parte integrante da mesma). Raul Santos deu a palavra a Teresa Raposo para que respondesse às intervenções. Começa afirmando que as contas não são a sua área, mas se tem um saldo negativo de trinta e sete mil euros e lhe devem oitenta e cinco mil euros, não se trata de má gestão, mas de “caloteiros” que não pagam, sendo pessoas do Estado. Trata-se do IEFP que não nos paga e da Câmara Municipal, que se atrasou nos pagamentos, de tal forma que só entraram para as contas em dois mil e dezassete. A contabilidade é estática, trata-se do saldo a trinta e um de dezembro, que efetivamente era negativo, mas tinham pagamentos em atraso. Daí que o saldo do Governo não seja assim tão negativo, porque amealham qualquer coisa ao pagar tardiamente às Juntas. E é verdade que referem o aumento de despesa em atividades, mas a nossa Junta não é uma Junta qualquer, uma vez que habituámos a nossa população a um certo nível de atividade, de tal forma que não se pode voltar a ter o “baile da paróquia” nas festas. Por exemplo, a Noite Branca atingiu uma proporção que é falada noutras cidades, e apesar de terem a participação das coletividades, não é algo que se consiga sem fazer um esforço financeiro. Temos é de nos perguntar o que pretendemos: se pretendemos que os Ermesindenses gostem de cá morar ou se queremos uma Junta com bastante fundo de maneiço, mas que não o utiliza. Diva Ribeiro (PS) toma a palavra para pedir a Teresa Raposo alguns esclarecimentos, relativamente a certas rubricas, que dizem respeito às verbas por liquidar, nomeadamente a rubrica dos “Programas Ocupacionais” diz respeito ao IEFP porque a informação que receberam por parte daquela entidade era de que não era este o valor que tinham por liquidar. Relativamente à rubrica “Continente”, que presume ser onde se faz as movimentações relativamente às transferências da Câmara Municipal de Valongo, diz ter a informação de que parte do valor apresentado corresponde à receita por liquidar da Associação Empresarial de Valongo. Assim, gostaria de saber se este valor está nesta rubrica,



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Helder'.

caso contrário, onde se encontra. A informação que recebeu da Câmara Municipal é de que tudo tinha sido liquidado a trinta de dezembro de dois mil e dezasseis, se bem que sabe que depois há um *delay* relativamente à receção por parte da Junta de Freguesia. -----

O Presidente da Mesa, Raul Santos, dá, então, a palavra a Teresa Raposo para que pudesse responder. Começa por afirmar que se a transferência da Câmara Municipal tivesse, efetivamente, entrado a trinta e um de dezembro, esse valor estaria contabilizado e o prejuízo não seria o apresentado. Se tivesse sido por cheque, o valor teria sido contabilizado de imediato, como foi por transferência, pela conciliação bancária, tiveram de o contabilizar quando deu entrada. Quanto aos “Programas Ocupacionais” apenas dizem respeito ao IEFP, por isso o valor em dívida é o apresentado. Em relação à rubrica “Continente” apenas diz respeito à verba por liquidar por parte da Câmara Municipal, uma vez que a verba relativa à Associação Empresarial de Valongo está em protocolo, não podendo, por isso, ser contabilizada. Diva Ribeiro (PS) toma a palavra para afirmar que se o valor referente à Associação Empresarial de Valongo não está contabilizada nos mapas, deveria haver uma nota nos mapas a informar de que há essa verba por receber. José Carlos Gomes (BE) toma a palavra lembrando as palavras de Teresa Raposo de que é preciso investir para haver resultados, referindo-se à Noite Branca e a outros eventos. Assim, gostaria de saber se a Junta de Freguesia dispõe de algum estudo que diga qual o retorno que essas atividades tiveram, porque existe uma grande diferença entre investir dinheiro e gastá-lo. Teresa Raposo responde, questionando-o se esteve presente na Noite Branca, porque assim veria a quantidade de pessoas que se mobilizaram e aderiram a este evento, sabendo que o retorno era, então, a satisfação das pessoas. Mas não há nenhum estudo a comprovar. Paulo Sousa (PSD) interveio de seguida, começando por afirmar que concorda que a verba referente à Associação Empresarial de Valongo devesse estar mencionada nos mapas, no entanto nunca pode afetar o saldo de gerência. Interessa perceber que o saldo de gerência é negativo, no entanto há muitos valores por receber. Menciona os Acordos de Execução, afirmando que bastava que estes fossem pagos para que o saldo já não fosse negativo. Termina afirmando que se a Santa Rita não dá lucro, então não se deveria realizar. Diva Ribeiro (PS) pediu, novamente, a palavra para esclarecer a sua anterior intervenção. Afirma que começou por dizer que haviam fatores externos que eram alheios à Junta da Freguesia e que se referiam a receitas por liquidar, tendo destacado a verba do IEFP por ser a mais elevada, bastando essa para que o saldo não fosse negativo. Assim, não está a ser injusta com a apreciação das contas. Lembra-se de, ao longo do ano, o Presidente da Junta manifestar as dificuldades de tesouraria,



nomeadamente devido aos constrangimentos dos atrasos no pagamento do IEF, nunca dos atrasos da Câmara Municipal de Valongo. De qualquer forma, se sentia estes constrangimentos de tesouraria ele poderia ter ajustado a despesa, sendo esta a segunda parte da sua intervenção. No entanto, esta é uma opção política, no seu entendimento, mas reconhece que as verbas por liquidar mudariam esta situação. -----

Como não houve mais intervenções, Raul Santos, Presidente da Mesa da Assembleia, pôs o documento à votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, abstenções do PS e CDU e voto contra do BE. Avelino Sousa (CDU) e José Carlos Gomes (BE) apresentaram Declarações de Voto (que ficam anexadas à presente Ata, como **Anexo número oito** e **Anexo número nove**, respetivamente, fazendo parte integrante da mesma). De seguida pôs a votação a aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto quatro: Discussão e Votação da Primeira Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de dois mil e dezassete. -----

Diva Ribeiro (PS) tomou a palavra começando por afirmar que, após análise das modificações ao orçamento na receita, verificaram a introdução de duas novas rubricas, querendo saber como foi determinado o montante previsional e quais os serviços em concreto que irão permitir arrecadar esta nova receita. Continua afirmando que constataram um reforço das rubricas associadas às atividades de Animação Cultural, representado sete por cento do Orçamento (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número dez**, fazendo parte integrante da mesma). Raul Santos dá a palavra a Teresa Raposo, para que pudesse responder. Afirma que se trata de uma alteração no nome das rubricas e que os reforços feitos são inferiores aos dos anos anteriores. José Carlos Gomes (BE) pediu alguns esclarecimentos, questionando sobre a que se destinam os reforços, se a Instituições sem Fins Lucrativos, e como se processa a entrega de subsídios a Instituições. Teresa Raposo, respondeu que os subsídios às Associações são de acordo com os protocolos existentes. Paulo Sousa (PSD) interveio para esclarecer que o Orçamento está tal e qual com foi aprovado, só mudam os reforços. -----

O Presidente da Mesa, Raul Santos, pôs o documento à votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, abstenções do PS e CDU e voto contra do BE. José Carlos Gomes (BE) fez uma Declaração de Voto (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número treze**, fazendo parte integrante da mesma). De seguida pôs a votação a aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



Ponto cinco: Relatório de Atividades da Junta.

Diva Ribeiro (PS) tomou a palavra para colocar algumas questões sobre as atividades desenvolvidas pelo Executivo até ao mês de abril, nomeadamente sobre atividades da ação social e atividades do Gabinete de Ação Social. Em relação à situação financeira da Junta, informa que lamentam que mais uma vez não tenha sido disponibilizado o mapa "Síntese da Execução Orçamental", pelo que consideram insuficientes os elementos financeiros apresentados para uma apreciação (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número onze**, fazendo parte integrante da mesma). Termina a sua intervenção pedindo esclarecimentos relativamente ao Fundo de Emergência Social (esta intervenção fica anexada à presente Ata, como **Anexo número doze**, fazendo parte integrante da mesma). Raul Santos dá a palavra a Teresa Raposo, para dar resposta. Afirma, que o Fundo de Emergência Social poderia e pode, ainda ser aplicado a algumas famílias que ainda não tenham sido beneficiadas.

Posto isto, o Presidente da Assembleia, deu por encerrada a reunião, convidando os Membros da Assembleia para as cerimónias do Vinte e Cinco de Abril.

O Presidente: _____ 

O Primeiro secretário: _____ 

O Segundo Secretário: _____ 

Pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde

Em recente visita efectuada a uma Escola Básica, detectamos algumas anomalias e preocupações manifestadas, não só por professores, mas também pela Associação de Pais.

Numa breve caracterização, salientamos o facto de nem todas as Escolas serem frequentadas por crianças provenientes de iguais meios sociais, e com vivências diferenciadas dentro da nossa Freguesia.

Independentemente de poder ser acrescentados mais algumas questões, para outra oportunidade, gostaríamos de obter respostas a algumas perguntas;

Quais os valores atribuídos por criança em Escola Básica?

Existindo diferenças de valor, quais as razões de tal diferenciação?

Ainda nesta diferenciação, e conhecendo a JF as dificuldades de controlo da eficácia de poupança por parte de crianças, na utilização de papel higiénico, papel para limpar mãos, etc., qual o critério penalizador, que dá origem a que estas verbas diferenciadas, possam não ser suficientes para o período de um ano lectivo, o que origina que uma Escola Básica tenha que recorrer à “pedincha” a outra Escola Básica no mesmo agrupamento?

Acerca dos prolongamentos de horários em períodos de férias, quais os critérios que levam a que uma Escola Básica faça deslocar sempre os seus alunos, sempre a mesma Escola Básica, para outras Escolas?

Existindo pedido de realização de obras, por exemplo, em sanitários, e outros, quais os critérios de decisão e as dificuldades de solução?

Acerca da colocação de trabalhadores através do Centro de Emprego, e independentemente da nossa opinião sobre a condenação da precariedade de trabalho, quais os critérios de colocação, e quais as dificuldades em fazer formação básica a estes trabalhadores desempregados, provenientes de diferentes sectores de actividade profissional, sabendo que vão lidar com crianças?

Gostaríamos de obter respostas a estas questões.

Ermesinde, 21 de Abril de 2017

Os eleitos da CDU na AF de Ermesinde

Intervenção

Período antes da Ordem do Dia

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e restante Mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restantes elementos do Executivo,
Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia,
Comunicação Social e público em geral,

A Junta da Freguesia de Ermesinde realizou, no passado mês de março, a VII Edição da Iniciativa que assinalou o Dia Internacional da Mulher, designada “Ermesinde Festeja Dia Internacional da Mulher|2017”.

À semelhança das edições anteriores, as quais se realizam já desde 2010, as atividades decorreram de forma extremamente positiva, expressa na elevada mobilização e adesão dos cidadãos e cidadãs de Ermesinde. Esta Iniciativa atingiu, aliás, um estatuto de referência, quer a nível concelhio quer supraconcelhio, verificando-se um aumento significativo do número de participantes na mesma, bem como do número de Instituições parceiras associadas.

Em cada ano é, ainda, visível a preocupação da Junta de Freguesia de Ermesinde em desenhar uma Iniciativa que seja capaz de, por um lado, fomentar a importante reflexão acerca da relevância inerente à comemoração deste dia e da fulcralidade de promover a igualdade de género para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e, por outro, estruturar uma Iniciativa que se adegue às necessidades, interesses e motivações daquelas relativamente às quais se assinala o dia 08 de março - as Mulheres.

Como mulher, esposa, mãe, profissional e no desempenho de tantos outros papéis que se vão cruzando no meu dia-a-dia, considero que os ateliês que a Junta promove constituem importantes momentos de paragem, relaxamento, até de mimo, para muitas mulheres como eu, esposas, mães, profissionais, avós que se habituaram, ao longo da vida, a dar resposta primeiramente às necessidades dos outros e outras que lhes são significativas, relegando para segundo plano o seu próprio bem-estar. Assim, em meu nome, em nome das mulheres do PSD e tantas outras que representamos, queria agradecer à Junta de Freguesia de Ermesinde a possibilidade que criam para um dia diferente do quotidiano e vivências de muitas nós.



Do ponto de vista da informação e sensibilização para a temática, destacamos, também, a apresentação pública da Exposição Fotográfica "O Espaço que nos Une – A Mulher Contemporânea em Ermesinde", o passatempo fotográfico "O que é ser Mulher?" e a Exposição Tráfico de Mulheres, um projeto do Movimento Democrático de Mulheres, seguida de uma palestra sobre o tema, dirigida ao público escolar. Este desempenha, de facto, um papel fundamental na edificação de uma sociedade sustentada em relações paritárias, que reconhece as diferenças, que não as anula, mas antes as mobiliza no sentido do seu contributo para um mundo e para uma comunidade mais justa e equilibrada.

Por fim, salientamos a realização do espetáculo "Intimidades" que permitiu contactar, ao vivo, com uma figura feminina, do panorama musical português, de elevado valor e qualidade, abrilhantando, assim, uma Iniciativa que recorda, a cada ano, a força e determinação das mulheres para quebrar as barreiras que limitam a livre expressão das suas capacidades.

Gostaríamos, assim, de parabenizar o Sr. Presidente da Junta, e na sua pessoa o restante Executivo, por todas as Edições já desenvolvidas, e particularmente pelo trabalho concretizado na Iniciativa de 2017.

Pela Bancada do Partido Social Democrata

Angela Bragança

Problemas ambientais de Ermesinde, problemas humanos

Ao longo do presente mandato, os eleitos comunistas na Junta e nesta assembleia, têm contribuído para viabilizar os planos e orçamentos desta autarquia, sempre na esperança de que estes seriam cumpridos.

No entanto, assim não acontece. Um exemplo que aqui vamos ilustrar, é o das questões ambientais, a que a Junta e em particular o seu ~~omnipotente~~ presidente, devia dar atenção destacada. **Mas não quer.** As questões ambientais, que são questões humanas prementes, passam-lhe ao lado todos os anos. Tirando, talvez, a recente descoberta de que existe a caca...

Agora que o Município delegou na Junta trabalhos tão importantes como a manutenção dos espaços verdes e do património arbóreo, está criada uma oportunidade para, localmente, melhorar a situação do Ambiente na cidade. **A questão é querer.** E a questão é que tudo indica que o objetivo é prosseguir na mesma política, eventualmente com tendência para piorar.

Voltemos ao núcleo da questão - o **Ambiente em Ermesinde.**

No Plano e Orçamento do ano em curso, mais ou menos copiado de anos anteriores, no que respeita ao Ambiente, propunha-nos a maioria na Junta um plano, que sem ser ambicioso, era aceitável, louvável e realizável. Se alguma vez tivesse sido executado ou se a Junta tivesse intenção de o executar, é claro....

Destacamos desse plano:

- promover campanhas de educação ambiental para as crianças das escolas...
- requalificação das margens do Leça
- recolocar as árvores ou plantação de outras, etc. (é curioso notar que a redacção deste parágrafo foi integralmente copiada de um intervenção aqui feita por um eleito da CDU...)
- instalar a "Horta do Capitão"
- criar condições para a instalação de uma quinta pedagógica.

Então o que foi executado deste plano? Quase nada ou mesmo nada.

O que pode a Junta fazer pelo Ambiente na cidade? De facto, poderia fazer bastante, **se quisesse.** Desde logo, tem hoje possibilidades acrescidas para, de forma sustentada, proceder a **melhorias sensíveis do ajardinamento e da arborização dos espaços públicos da cidade.**



E este é um problema estruturante do que devia ser a política ambiental da autarquia dum núcleo urbano criado ao sabor da especulação imobiliária, densamente urbanizado, com circulação automóvel em excesso e os decorrentes problemas de poluição atmosférica e sonora.

A existência em meio urbano de uma rede de jardins e parques e de arvoredo, é uma questão de saúde pública, entre outras, como demonstram estudos que vão sendo publicados sobre o assunto.

No entanto, as ações da maioria desta Junta no que toca à questão ambiental deixam muitíssimo a desejar. É o que mostra a crescente passagem dos espaços ajardinados a “jardins” de cascalho e plástico e a vandalização, dita “poda”, de inúmeras árvores de grande porte, feita já em plena primavera, em plena rebentação, um pouco por toda a cidade. Sem qualquer justificação técnica, só porque é hábito, e porque os funcionários gostam muito de cortar com a motosserra, - é uma limpeza, - como aqui disse há tempos o Sr. Presidente da Junta, responsável máximo por tal serviço.

Se é este o tratamento dado a questões relativamente simples, o que esperar de promessas nunca cumpridas, de assuntos mais complexos, como a educação ambiental, a plantação de árvores, a requalificação das margens do Leça, a “horta do capitão” ou a “quinta pedagógica”?

Estamos no fim de um ciclo autárquico. Antes do fim do ano, outra Junta tomará posse. À atual maioria - lastimamos dizer-lo - pouco adianta já fazer alguma recomendação, sobretudo porque se tem mostrado renitente a ouvir opiniões divergentes. Ouvir o outro e corrigir o rumo, é sinal de força, não de fraqueza, coisa que os responsáveis pela Junta não entendem assim.

Queremos ainda chamar a atenção da Junta e de todos os eleitos nesta assembleia, para a necessidade de defender o monumento geológico dos Montes da Costa, com a sua preciosa jazida fóssil vegetal. Lembramos que a jazida fóssil é um património raro e de relevante interesse científico. Tal jazida foi já em parte destruída por uma expansão urbana sem critério. O referido monumento geológico está também integrado numa extensa área verde, que deve ser preservada, no âmbito de uma urgente mudança de política ambiental em Ermesinde, como já dissemos.

Os problemas ambientais avolumam-se. O futuro da **qualidade de vida** em cidades periféricas como Ermesinde, dependerá muito do acerto das decisões e das medidas que forem tomadas para melhorias ambientais sensíveis. A Junta futura terá, pois, de centrar muita da sua atenção e atividade nas questões do Ambiente, promovendo em consequência a saúde e o bem-estar dos cidadãos.

Ermesinde, 21 de Abril de 2017

Os eleitos da CDU na AF de Ermesinde



SOBRE UM ASSUNTO JÁ REFERIDO NO DOCUMENTO ANTERIOR DEIXO ALGUMAS

Perguntas ao Sr. Presidente DA JUNTA

Em Abril de 1999, a CDU fez aprovar uma Moção apresentada na Câmara Municipal de Valongo, onde, após manifestar o seu apoio a todos os envolvidos, Professores, Estudantes, Cientistas e populares, pelo trabalho de estudo apresentado sobre a importância científica na pesquisa de vestígios geológicos na zona dos Montes da Costa em Ermesinde, e finalizava então essa Moção com uma recomendação em que dizia:

“Recomendar à Câmara Municipal de Valongo que, no âmbito das competências que lhe são próprias, mande executar os estudos que se mostrem necessários à salvaguarda dos vestígios em causa e, conseqüentemente, introduza na proposta de revisão do PDM as alterações julgadas convenientes para o efeito.”

Após uma fase de excelente trabalho, em que foram tomadas várias medidas para a definição dos limites de salvaguarda da área circundante, e ainda outra fase em que aconteceram trabalhos de continuidade de pesquisa científica com alguma envergadura, tudo parece ter voltado ao seu normal.

Sendo que entendemos como preocupante, a deposição contínua de lixos e terras provenientes de alguns lugares das redondezas; A permissão de construções, sem critério definido, a não ser a possibilidade de vir a permitir mais tarde a utilização de continuidade de construção para dentro da área reservada; A contínua degradação de todo o espaço envolvente com a construção de armazéns e provável habitação.

Toda esta situação permite-nos a colocação de muitas dúvidas, quanto às intenções existentes pela parte do Executivo Camarário, mas que também devem ser imputadas à responsabilidade da Junta de Freguesia de Ermesinde, como garante da defesa dos interesses da população que representa, o que nos leva à colocação de algumas perguntas:

- Quais os projectos para a defesa e manutenção de toda aquela área reservada e de todo aquele espaço geológico, conhecidos por parte do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde?
- Quais as medidas a desenvolvidas, de forma a contrariar o abuso continuado, na colocação de lixos e terras em todo aquele espaço?
- Quais as medidas de salvaguarda para a defesa das linhas de água existentes na Freguesia, e em particular a Ribeira de Asmes, proveniente daquele lugar?
- Que futuro para todo aquele espaço, e o tempo que vai demorar na tomada de medidas de defesa para a preservação de toda a riqueza geológica dos Montes da Costa, pensa o Presidente da JF de Ermesinde, que devam ser tomadas?

Ermesinde, 21 de Abril de 2017

Os eleitos da CDU na AF de Ermesinde



Anexo 4

Como já é costume da nossa Junta de Freguesia a preocupação e a aproximação com a população ermesindense, neste próximo mês de Maio de dia 22 a 27 voltamos a ter mais uma edição da Feira da Saúde promovida pelo Gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia.

Este evento tem como objectivo a promoção de estilos de vida saudáveis através da educação para a saúde, a sensibilização para a prevenção de doenças e comportamentos de risco, a avaliação da saúde da comunidade em geral, desmistificar o “trauma” da ida ao hospital pelas crianças, acima de tudo a promoção de hábitos de vida saudáveis, consciencializando e sensibilizando a população em geral para o tema da saúde.

E ainda a valorização do envelhecimento através da divulgação de conhecimento que permita assim à comunidade em geral a adoção de uma mentalidade crítica e a sua responsabilização pela melhor gestão da própria saúde e dos seus familiares.

É este tipo de trabalho que tem sido levado a cabo pela Junta de Freguesia ao longo deste curtos anos, que faz a diferença no seio da sua população, a preocupação e cuidado com a mesma através do desenvolvimento continuo destas actividades que promovem e proporcionam o bem-estar dos ermesindenses.

Pela bancada do PSD

Marta Inverneiro



Anexo 5

Declaração de Voto

Conta de Gerência de 2016

Passado um ano constatamos que as nossas dúvidas e preocupação, quanto à capacidade de manutenção do depósito a prazo de 165.000 euros eram legítimas, o ano termina com o depósito a prazo de apenas 100.000€. Este é também o terceiro ano consecutivo em que o resultado orçamental é negativo, diminuindo o Saldo de Gerência em 23%.

Na nossa opinião para este resultado contribuíram fatores externos e internos. Se por um lado compreendemos os problemas de tesouraria originados sobretudo pela receita por liquidar proveniente do IEFP, por outro lado as opções políticas na execução da despesa poderiam ou deveriam mitigar estes problemas. Se não vejamos existem aumentos da despesa que poderiam ser ajustados mediante os constrangimentos na liquidação da receita.

Será que era necessário um aumento de despesa de 5.751% na atividade "Noite Branca e dos Bombos"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 841% na atividade "Dia da Mulher"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 185% na atividade "Corrida de São Silvestre"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 162% na atividade "Corrida Cidade de Ermesinde"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 113% na atividade "Viver Bem aos 55+"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 39% na atividade "Dia dos avós"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 34% nas atividades do "25 de Abril"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 26% na atividade "Carnaval"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 22% na atividade "Ermesinde festeja /juventude"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 19% na atividade "Passeio dos idosos"?

Será que era necessário um aumento de despesa de 11% na atividade "Decoração de rotundas"?



A tudo isto acresce ainda os constrangimentos resultantes da atividade Ermesinde Festeja Natal em que para além do aumento da despesa em 123% e de um défice desta atividade de 20.027,49€, a receita de 7.334,34€ da responsabilidade da Associação Industrial e Empresarial de Valongo (AIEV) foi-lhe adiantada, constando nas contas de gerência como receita por liquidar.

Senhor Presidente, tal como nos anos anteriores reiteramos o desejo de que este ano de 2017 seja um ano de mudança para o resultado orçamental, que passa por um maior equilíbrio entre a receita e a despesa.

O voto dos Eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Ermesinde é de abstenção, pois apesar de não termos dúvidas da veracidade das contas apresentadas, estas demonstram quer um agravamento do défice do resultado orçamental, que consideramos preocupante pela sua ocorrência em 3 anos económicos consecutivos, quer um aumento elevado da despesa em atividades que não são determinantes para a prossecução dos objetivos da Junta de Freguesia de Ermesinde.

Ermesinde, 21 de abril de 2017

OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA DE ERMESINDE

Conta de Gerência 2016

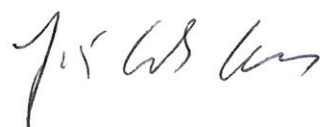
O documento que aqui temos para análise é, indubitavelmente, técnico, mas é, sobretudo, um reflexo das opções políticas do Sr. Presidente da Junta e da sua equipa.

Tal como em anos anteriores, o documento revela que a Junta pouco ou nada fez para o desenvolvimento da cidade de Ermesinde. Como se pode desenvolver, fazer avançar, uma cidade quando 96,2 por cento das verbas gastas são despesas correntes?

Se analisarmos os parques 3,8 por cento consignados ao investimento descobrimos que se tratou, afinal, de mais despesas correntes com outra catalogação técnica. Esse “investimento” foi “conservação e reparação”, “material de transporte”, “equipamento informático” e “reparações no edifício sede”.

Seria de esperar que, investindo tão pouco, tendo uma ambição tão nula, a gestão PSD da Junta pudesse ao menos ir enchendo os cofres da autarquia. Mas acontece o contrário. O resultado líquido de 2016 foi negativo em €37.113,25. Mais: nos últimos três anos, o saldo de gerência perdeu 36 por cento do valor.

Para terminar, volto ao início. Este documento é técnico, mas é sobretudo político. E, politicamente, é um epitáfio da gestão PSD na Junta, que foi má e, acredito, não terá continuidade a partir de Outubro.





Paulo Sousa. Do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restante Mesa
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restantes membros do executivo
Exmo.s Senhores Membros da Assembleia de Freguesia
Comunicação Social e Publico em Geral

Começamos por manifestar a nossa enorme satisfação, pelo facto da Junta de Freguesia de Ermesinde, ter demonstrado mais uma vez, enorme capacidade e rigor na gestão, mesmo continuando a ser influenciada negativamente pelos resultados danosos dos acordos de execução, que resultam conforme se pode claramente comprovar nas contas, no resultado negativo do saldo de gerência.

Após a análise das contas de gerência de 2016, podemos concluir e salientar efetivamente, que só com grande competência, capacidade, responsabilidade e rigor foi possível o equilíbrio financeiro.

Verificadas estas contas de gerência, e mesmo com o impacto muito negativo das competências de varredura e manutenção das escolas e jardins, é realmente de louvar o esforço e o equilíbrio conseguidos no final do exercício. Pois acresce pelos valores declarados em recebimentos em atraso, que só a CM Valongo e o IEFPP, entre outros, totalizam à volta de 68.500,00 €, e que já justificariam um saldo de gerência bem positivo.

De registar também, conforme relatório sobre estas contas apresentado pela Gestnor, a elevada taxa de execução orçamental concretizada, superior aos valores apresentados em 2015, que na receita atingiu os 109,48%, e na despesa os 97,94%. Conforme é referido e bem neste relatório, está comprovado o esforço e o bom desempenho orçamental que vem permitindo a libertação de meios financeiros para aplicação em investimentos.

Ermesinde, 21 de abril de 2017

Pelo grupo Parlamentar do Partido Social Democrata



(Paulo Sousa)



DECLARAÇÃO DE VOTO

Posição sobre a conta de Gerência referente ao ano de 2016

Os eleitos da CDU , votam abstenção relativamente às contas de Gerência de 2016, da Junta de Freguesia de Ermesinde, seguindo a posição anteriormente tomada, no que diz respeito ao Orçamento para 2016, sobre o qual apresentamos o voto de abstenção.

O voto expresso reflete a nossa posição política no que concerne às opções e não às contas apresentadas.

Ermesinde, 21 de Abril de 2017

Os eleitos da CDU na AF de Ermesinde

Archievo Almeida
[Signature]

Dedaração de voto

O Bloco de Esquerda vota contra a Conta de Esercício do ano de 2016, não por fater culpa evdiag negativa de compo mente técnica e contabilística, mas por fater uma evdiag política negativa das opções tomadas pelo Junte e reflehidás nos contos.

O representante do Bloco de Esquerda
 J. J. L. L.



Intervenção

1ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos de 2017

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, após análise das modificações ao orçamento na receita verifica-se a introdução de duas novas rubricas: "0702080201 - Serviços Recreativos" e 0702080202 – Componente de Apoio à Família o que totaliza um aumento previsional da receita em 77.926€. Tendo em conta as regras previsionais queremos saber como foi determinado este montante previsional e quais os serviços em concreto que irão permitir arrecadar esta nova receita?

Constatamos um reforço das rubricas associadas às atividades de Animação Cultural a rubrica "02022501 – Contratação de animação cultural" agora com uma dotação previsional de 38.500€ e a rubrica "02022502 – Outros" agora com uma dotação previsional de 44.879,77, num total de 83.379,77€ mais 3.813,89€ do que o ano passado, representando 7% do Orçamento.

Ermesinde, 21 de abril de 2017

OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA DE ERMESINDE



Intervenção

Relatório de Atividades e Situação Financeira

Senhor Presidente da Junta temos algumas questões sobre as atividades desenvolvidas pelo executivo até ao mês de abril.

Nas atividades da ação social queremos saber:

- Qual o tipo de apoio prestado pelo Fundo de Emergência Social (FES) às 2 pessoas apoiadas?
- Em que atividades/área foi prestado o trabalho de voluntariado que resulta da contrapartida de serem apoiados pelo FES?

Relativamente às atividades do Gabinete de Acção Social:

Constatamos que o Gabinete de Acção Social promove maioritariamente atividades culturais e desportivas, em detrimento das de acção social igualmente importantes para a população Ermesinde.

Relativamente às atividades de planeamento da Romaria da Santa Rita ao nível da animação, queremos saber o que já está planeado, e qual a estimativa da despesa e da receita do que já está planeado, tendo presente que esta Romaria no ano passado (2016) apresentou um défice de 22 875,61€, ao contrário dos anos anteriores, défice este que se deve não apenas a um decréscimo da receita de 20% quando comparado com o ano de 2015, mas sobretudo ao aumento da despesa em 48%?

Relativamente à Situação Financeira:

No que diz respeito à situação financeira e relativamente ao mapa, designado "Resumo Diário de Tesouraria" constatamos um aumento das disponibilidades de tesouraria e a manutenção do depósito a prazo de 100.000€.

Sendo uma das competências desta Assembleia apreciar em cada uma das sessões ordinárias a situação financeira da freguesia, lamentamos que mais uma vez o mapa intitulado "Síntese da Execução Orçamental" não tenha sido disponibilizado a esta Assembleia, pelo que consideramos insuficientes os elementos financeiros apresentados para apreciar a situação financeira da freguesia.

Ermesinde, 21 de abril de 2017

OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA DE ERMESINDE



Anexo 12

Pedido de Esclarecimento

Assunto: Fundo de Emergência Social

Exmo. Sr. Presidente da Mesa,

Após análise das atividades da Ação Social que constam do Relatório de Atividades e Situação Financeira de abril de 2017, vimos por este meio solicitar que peça à Junta de Freguesia de Ermesinde, que relativamente ao Fundo de Emergência Social, indique para os anos de 2015 e 2016:

1. O número de famílias apoiadas;
2. Qual o tipo de apoio prestado;
3. Qual o tipo de voluntariado prestado pelas famílias.

Ermesinde, 21 de abril de 2017

OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA DE ERMESINDE

Dedaração de Voto

O Bloco de Esquerda vota contra a 1.ª Revisão do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2017 pela audiência política se foi de prioridades de investimento contidos no documento, e foram feitos audiência de componente técnica ~~do~~ e contabilística do documento.

O representante do Bloco de Esquerda,

for al, G

Ermesinda, 21 de Abril de 2017